

Curso de Gestão da Mobilidade Urbana

Ensaio Crítico - Turma 4

Os desafios da Mobilidade Urbana

Marcos Roberto Costa (*)

A questão da mobilidade urbana no Brasil, assim como outros temas importantes para o país, muitos dos quais relacionados diretamente com a mobilidade, ainda não é tratada com a profundidade e seriedade que o caso requer. Muitas medidas adotadas visando à melhoria do caos urbano, não passam de mera “perfumaria”, com efeitos estéticos e sempre com foco no transporte individual motorizado e na melhoria das condições da circulação destes, como se novas obras viárias ou aumento da fiscalização fossem solucionar o atravancamento das cidades atulhadas de veículos.

Os problemas de mobilidade atuais são causados pela falta de planejamento urbano e decisões equivocadas ao longo das últimas décadas, face ao crescimento rápido das cidades brasileiras. São problemas de toda ordem e refletem diretamente ou indiretamente na vida de todos os cidadãos, seja pelo stress diário dos deslocamentos, pelas doenças causadas pela poluição do ar, pela poluição sonora, pelos acidentes de trânsito, pelo tempo perdido no trânsito. Enfim, problemas os mais diversos possíveis podem ser enumerados.

A mobilidade urbana é questão abrangente, relacionada ao meio ambiente, ao uso e ocupação do solo, a saúde pública, que envolve vários aspectos da vida na cidade, é há muito tempo é tratada de modo simplista somente como questões de trânsito. Com essa visão, nossas cidades não poderiam estar em outra situação.

O cidadão brasileiro diante do péssimo serviço de transporte público, disponível na maioria das cidades e acostumado a ideologia do automóvel, ao status de possuir um veículo, com financiamentos de longo prazo, e ainda, incentivado pelo governo, que reduz impostos e subsidia os combustíveis, adquire seu veículo e adere ao transporte individual motorizado para quaisquer deslocamentos. Assim, o cidadão segue sua vida entre um congestionamento e outro, é não é capaz de enxergar outra forma de se locomover ou de pensar a cidade, restando apenas reclamar do trânsito e pedir por obras viárias, na esperança de que alguma coisa mude.

Os governantes, sejam eles de quaisquer das três esferas, com raríssimas exceções, tem real preocupação com a questão da mobilidade urbana. Pressões da indústria automobilística, de grandes empreiteiras e também o custo político de tomar a decisão certa, mesmo quando isso desagrade a muitos, contribui para termos sempre mais do mesmo. São soluções fáceis, que geram lucros e benefícios a poucos, socializando os custos e prejuízos a todos.

Muitos bilhões são gastos enquanto se perpetua o modelo atual de “não planejamento urbano”, reagindo aos problemas quando eles já causam estragos enormes. Problemas estes, decorrentes do crescimento rápido e desordenado das cidades, em que o poder

público pouco faz para evitar. Muitas ruas e avenidas são alargadas, viadutos construídos, rios são sepultados pelo concreto, para abertura de grandes avenidas, em nome de um trânsito melhor, que nunca chega, pelo contrário os congestionamentos só aumentam. As áreas verdes, as calçadas, o espaço público destinado ao cidadão para o convívio social, ou para seu deslocamento como pedestre ou ciclista, cada vez mais se tornam exíguos e quando restam são ambientes inóspitos, e quando não, ainda se colocam cercas ou proibições de uso, em nome da segurança no trânsito.

Convencer as pessoas, mesmo agentes públicos que lidam nas áreas de planejamento urbano, engenharia, operação e fiscalização de trânsito, de que o modelo está errado, não é tarefa fácil.

Mas, onde estão as soluções? Por onde começar?

Soluções são variadas e devem ser objeto de avaliação de acordo com as características de cada cidade, considerando a demanda atual e futura. Muitas soluções de mobilidade urbana, já foram aplicadas e testadas em outros países, que cometeram os mesmos erros brasileiros, mas realizaram mudanças e hoje podem nos oferecer lições valiosas de como organizar um sistema de mobilidade urbana eficiente.

Com tantos exemplos disponíveis, é difícil entender porque insistimos em um modelo de desenvolvimento urbano falido, gastando tempo e dinheiro público, agravando ou postergando a resolução dos problemas.

Entendo que quanto mais opções de mobilidade a cidade dispõe, melhor será a distribuição das pessoas nesses modais, de acordo com a necessidade individual, não havendo sobrecarga em nenhum deles.

A mudança na forma de pensar as cidades é essencial, devemos enxergar o espaço urbano como um espaço amigável, agradável e seguro as pessoas. Essa visão deve estar internalizada ao planejador urbano, quando avalia a execução de qualquer obra. A melhoria das condições de mobilidade Urbana implica em melhoria da cidade em outros aspectos, seja no meio ambiente, no lazer, na educação, na saúde e no relacionamento entre seus habitantes.

Assim, um Plano Diretor bem elaborado, cujo objeto seja uma cidade “saudável”, e a Lei de Mobilidade Urbana, que aponta o caminho da “mobilidade das pessoas”, devem ser os instrumentos dessa mudança.

Enfim, a questão é urgente, face aos problemas atuais, mas agora temos uma direção. Basta vontade política e, sobretudo da sociedade, para que a Lei da Mobilidade Urbana, realmente vigore e produza seus efeitos, tão aguardados por todos.

() Marcos Roberto Costa é Policial Rodoviário Federal do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.*